

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE

Termo de Referência 236/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
236/2025	158134-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	CRISTIANO ESTEVAN VASCONCELOS	02/06/2026 09:31 (v 0.23)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	44/2025	23060.001835/2025-34

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para aquisição de switches de acesso e transceivers destinados a prover conectividade de rede aos Campi e à Reitoria do Instituto Federal de Sergipe (IFS), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MÉTRICA	CÓD. PMC-TIC	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SWITCH DE ACESSO COM 24 PORTAS, com garantia de fabricante de 60 meses.	618774	UND	-	33	254	R\$ 14.859,70	R\$ 3.774.363,80
2	SWITCH DE ACESSO COM 48 PORTAS, com garantia de fabricante de 60 meses.	618779	UND	-	33	146	R\$ 22.500,00	R\$ 3.285.000,00
3	TRANSCEIVER SFP+ 10GBase-SR	624360	UND	-	148	714	R\$ 796,45	R\$ 568.665,30
VALOR GLOBAL								R\$ 7.628.029,10

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos e entidades participantes.

Órgão Gerenciador: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (UASG 158134)			

Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima / total
1	SWITCH DE ACESSO COM 24 PORTAS, com garantia de fabricante de 60 meses.	UND	13	89
2	SWITCH DE ACESSO COM 48 PORTAS, com garantia de fabricante de 60 meses.	UND	13	76
3	TRANSCEIVER SFP+ 10GBase-SR	UND	52	330

Órgão Participante: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba / Campus Patos (UASG 158470)				
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima / total
1	SWITCH DE ACESSO COM 24 PORTAS, com garantia de fabricante de 60 meses.	UND	10	35
2	SWITCH DE ACESSO COM 48 PORTAS, com garantia de fabricante de 60 meses.	UND	05	15
3	TRANSCEIVER SFP+ 10GBase-SR	UND	20	40

Órgão Participante: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba / Reitoria (UASG 158138)					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima / total
2	SWITCH DE ACESSO COM 48 PORTAS, com garantia de fabricante de 60 meses.	UND	UND	13	13
3	TRANSCEIVER SFP+ 10GBase-SR	UND	UND	52	52

Órgão Participante: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas / Reitoria (UASG 158147)				
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima / total
1	SWITCH DE ACESSO COM 24 PORTAS, com garantia de fabricante de 60 meses.	UND	10	130
2	SWITCH DE ACESSO COM 48 PORTAS, com garantia de fabricante de 60 meses.	UND	02	42
3	TRANSCEIVER SFP+ 10GBase-SR	UND	24	292

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais no mercado. (Suprimido em 29/05/2026)

1.3. Os bens objeto desta contratação, embora usuais no mercado, demandam, no contexto do IFS, compatibilidade e integração com a infraestrutura existente, de modo que sua aquisição enquadra-se no art. 41, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, em razão da necessidade de padronização e interoperabilidade da solução. (Dispositivo incluso em 29/05/2026)

Classificação do objeto como bem de luxo

1.4. O objeto desta contratação não se classifica como bem de luxo, conforme disposto no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5 (SUPRESSÃO)

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, conforme o artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Informações Adicionais

1.8. A solução a ser contratada atende aos requisitos específicos do item 8 do ANEXO I - DIRETRIZES ESPECÍFICAS DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO, da Instrução Normativa SGD/ME Nº 94/2022.

1.9. O objeto da contratação não se enquadra nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da Instrução Normativa SGD nº 94/2022.

1.10. O objeto da contratação não consta no Catálogo Eletrônico de Padronização, disponível em: Catálogo Eletrônico de Padronização.

1.11. As especificações técnicas descritas neste Termo de Referência atendem às premissas estabelecidas no artigo 16 e no item 7 e seus subitens do Anexo da IN SGD/ME nº 94/2022.

1.12. A presente licitação será realizada por item, sem agrupamento, em conformidade com a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU). Após consulta à ferramenta Mentor IA (Id 0941447 - autos SEI Nº 23060.001835/2025-34), a Equipe de Planejamento da Contratação concluiu que essa forma de julgamento favorece a ampliação da competitividade, ao possibilitar a participação de um maior número de interessados, contribuindo, assim, para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

1.13. Em caso de divergência entre as especificações dos objetos no Catálogo de Materiais do ComprasGov.br, conforme o código CATMAT, e as especificações estabelecidas no Termo de Referência e no Edital, prevalecerão as últimas.

1.14. Todos os documentos a serem apresentados pelas empresas durante a fase de seleção do fornecedor, assim como pela CONTRATADA na fase de gestão do contrato, devem conter assinatura digital ICP Brasil para fins de aceitação.

1.15 A presente contratação não se enquadra nas disposições da Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, que estabelece diretrizes e procedimentos para o Catálogo de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (Catálogo TIC) e para as contratações centralizadas ou compartilhadas sob gestão da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

O Instituto Federal de Sergipe (IFS), por intermédio da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), identificou a necessidade de modernizar sua infraestrutura de conectividade, responsável por sustentar serviços acadêmicos, administrativos, educacionais e de gestão em todas as unidades da instituição. O inventário do parque tecnológico, consolidado no Processo SEI nº 23060.001835/202534, evidenciou a existência de grande quantidade de switches de rede sem garantia do fabricante e outros tantos com garantia do tipo life time, porém já em estado de obsolescência tecnológica, insuficientes para atender às demandas atuais de desempenho, segurança e disponibilidade da rede.

A infraestrutura de conectividade do IFS suporta sistemas críticos — como SUAP, SEI e ambientes virtuais de aprendizagem — cuja continuidade operacional é essencial para o cumprimento da missão institucional. Equipamentos sem garantia e tecnologicamente defasados representam risco elevado de falhas inesperadas, interrupções de serviços, indisponibilidade de sistemas e prejuízos diretos às atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, o IFS encontra-se em processo de expansão física e organizacional, contemplando a implantação dos campi 17 de Março e Japarutuba. Esses novos campi demandam infraestrutura de rede compatível com padrões contemporâneos de desempenho, segurança e gerenciabilidade, o que reforça a necessidade de aquisição de switches de acesso e transceivers ópticos em conformidade com a arquitetura institucional vigente.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

UASG	ID PCA no PNCP	Data de publicação no PNCP	Id do item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação
158134	10728444000100-0-000010/2025	10/05/2024	439	7050 - Equipamentos de Rede de TIC	158134-44/2025

2.3. O objeto da contratação encontra-se alinhado aos instrumentos estratégicos do Governo Federal e do Instituto Federal de Sergipe - IFS, conforme demonstrado abaixo:

a) Estratégia de Governo Digital 2024-2027

ID	Objetivos Estratégicos
06	Infraestrutura Digital

b) Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2025

ID	Objetivos Estratégicos
----	------------------------

OE02	<i>Prover infraestrutura necessária de atendimento às necessidades institucionais da comunidade.</i>
------	--

c) Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2022-2025

ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A33	<i>Prover serviços de sustentação de infraestrutura.</i>	M05	<i>Prover equipamentos e soluções necessários para suportar a infraestrutura de TI.</i>

d) Plano Diretor de Logística Sustentável 2026-2027

ID	Diretriz
D02	<i>Implementar a gestão eficiente e sustentável da infraestrutura do IFS, garantindo a ocupação racional dos espaços físicos e tecnológicos, a otimização dos ambientes compartilhados, a reforma e construção de edificações sustentáveis, a acessibilidade e a incorporação de práticas sustentáveis em todas as etapas de manutenção e conservação.</i>

2.4. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1 Garantir a continuidade e a estabilidade dos serviços de rede de dados nos *Campi* e na Reitoria do Instituto Federal de Sergipe (IFS), por meio da substituição de switches sem cobertura de garantia, assegurando desempenho adequado às demandas atuais de conectividade, segurança e disponibilidade.

4.1.2 Padronizar a infraestrutura de conectividade da instituição, mediante a aquisição de switches gerenciáveis compatíveis entre si, com suporte a PoE (Power over Ethernet), uplinks de 10 Gbps e integração com soluções de gerenciamento centralizado, favorecendo a manutenção, o monitoramento e a escalabilidade da rede institucional.

4.1.3 Promover o uso eficiente de recursos públicos, com a adoção de equipamentos que apresentem melhor relação custo-benefício no longo prazo, reduzindo custos de manutenção e de interrupção de serviços, além de ampliar o ciclo de vida da infraestrutura de rede do IFS.

Requisitos de Capacitação

4.2. A contratada deverá garantir a adequada transferência de conhecimento e capacitação técnica às equipes de Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Sergipe (IFS), assegurando autonomia na operação, administração e manutenção dos switches adquiridos.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.4. A contratada deverá assegurar garantia mínima de 60 (sessenta) meses para todos os switches fornecidos, contados a partir do recebimento definitivo, conforme o art. 12, § 7º, inciso III, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94 /2022.

4.4.1 Serviços de suporte e manutenção aos ativos em garantia deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro horas) por dia 5 (cinco) dias por semana (segunda à sexta);

4.4.2 Os serviços de suporte e manutenção serão prestados sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, incluindo, quando necessário, atualizações, substituições, traslado e estada de técnicos, bem como qualquer outra atividade indispensável para assegurar o pleno funcionamento dos ativos.

4.4.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar meios de contato para abertura de chamados técnicos, tais como números telefônicos, endereços de correio eletrônico ou área específica em sítio na Internet, assegurando canais acessíveis, estáveis e adequados.

~~4.4.4 Durante o período de garantia, a manutenção dos equipamentos será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, cabendo-lhe realizar, sem ônus para a CONTRATANTE, a substituição dos ativos, o ajuste de sistemas, o conserto ou a troca de peças defeituosas por novas, conforme necessário para a plena operação dos bens.(Suprimido em 29/05/2026)~~

4.4.4 Durante o período de garantia, a manutenção dos equipamentos será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, cabendo-lhe realizar, sem ônus para a CONTRATANTE, a substituição dos ativos, o ajuste de sistemas, o conserto ou a troca de peças defeituosas por novas, desde que plenamente compatíveis com a solução, arquitetura e ambiente tecnológico baseado em equipamentos Fortinet adotados pela Administração, garantindo a continuidade da interoperabilidade, do gerenciamento centralizado e das políticas de segurança vigentes.(Dispositivo incluso em 29/05/2026)

4.4.5 A licitante deverá dispor de meios de comunicação públicos ou privados que facilitem a abertura e o acompanhamento dos chamados técnicos, garantindo tempestividade e clareza na interação com a CONTRATANTE.

Requisitos Temporais

4.5. A entrega dos switches deverá ser realizada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante. Esse prazo poderá ser

prorrogado, excepcionalmente, por até igual período, desde que devidamente justificado pelo Contratado e previamente autorizado pela Contratante.

4.5.1. Os equipamentos deverão ser entregues no seguinte local: **Reitoria do Instituto Federal de Sergipe** – Rua Dom José Thomaz, 194, Bairro São José, Aracaju/SE, CEP 49015-090

4.5.2. A entrega deverá ser acompanhada de documentação fiscal e técnica, incluindo termo de garantia, manuais e certificados de conformidade, conforme exigências deste Termo de Referência.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Instituto Federal de Sergipe (IFS), bem como às diretrizes estabelecidas no “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade”, publicado pelo órgão central do SISP, observando as boas práticas de proteção de dados e segurança da informação aplicáveis à infraestrutura de rede.

4.6.1. Os switches fornecidos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos de segurança e privacidade:

- a) Suporte a protocolos seguros de gerenciamento, como SSH, HTTPS, SNMPv3 e outros que garantam a confidencialidade e integridade das comunicações;
- b) Capacidade de segmentação de rede por VLANs, com controle de acesso baseado em políticas definidas pela área de TIC do IFS;
- c) Registro e armazenamento de logs de eventos e acessos, com possibilidade de exportação para sistemas de análise e correlação de eventos (SIEM);
- d) Mecanismos de autenticação robusta para acesso administrativo, incluindo autenticação baseada em RADIUS ou TACACS+;
- e) Atualizações de firmware e software disponibilizadas pelo fabricante, com garantia de correção de vulnerabilidades de segurança durante todo o período de garantia;
- f) Documentação técnica contendo a arquitetura física e lógica da solução, incluindo descrição dos controles de segurança implementados;
- g) Controles para coleta e preservação de evidências em caso de incidentes de segurança da informação ou privacidade;
- h) Política de backup dos registros de configuração e logs, conforme definido pela área de TIC do IFS;
- i) Compatibilidade com as políticas de segurança da informação e privacidade vigentes no IFS, incluindo diretrizes da LGPD, quando aplicável.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais, em conformidade com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental na Administração Pública:

4.7.1. Os switches fornecidos deverão:

- a) Possuir certificações ambientais reconhecidas, como RoHS (Restriction of Hazardous Substances) e Energy Star ou equivalente, que assegurem a não utilização de substâncias nocivas e a eficiência energética dos equipamentos;
- b) Ser entregues com embalagens recicláveis ou biodegradáveis, minimizando o impacto ambiental do descarte de resíduos sólidos;

- c) Ser fabricados por empresas que adotem práticas de responsabilidade social, incluindo respeito aos direitos trabalhistas, não utilização de trabalho infantil ou análogo ao escravo, e promoção da diversidade e inclusão;
- d) Estar em conformidade com a Política de Sustentabilidade do Instituto Federal de Sergipe e com os critérios estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, especialmente no que se refere à aquisição de bens com menor impacto ambiental e maior eficiência energética;
- e) Permitir o descarte responsável de equipamentos substituídos, mediante apresentação de plano de logística reversa ou destinação ambientalmente adequada, conforme legislação vigente;
- f) Atender às necessidades culturais e linguísticas da instituição, incluindo interface de gerenciamento com suporte ao idioma português e documentação técnica acessível;
- g) Contribuir para a redução do consumo energético da infraestrutura de rede, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.8 Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos no ANEXO II.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir, garantindo a compatibilidade com a infraestrutura de rede existente, a escalabilidade da solução e a conformidade com as boas práticas de gestão de TIC:

4.9.1. Os switches deverão:

- a) Ser compatíveis com os padrões IEEE 802.3, 802.3u, 802.3ab, 802.3z, 802.3af/at (PoE/PoE+), e 802.1 Q, assegurando interoperabilidade com os equipamentos atuais da rede do IFS;
- ~~b) Possuir capacidade de gerenciamento centralizado, com suporte a protocolos como SNMP, Syslog, e integração com plataformas de gerenciamento de rede utilizadas pela área de TIC do IFS; (Suprimido em 29/05/2026)~~
- b) Possuir capacidade de gerenciamento centralizado nativo integrado à infraestrutura de segurança e gerenciamento atualmente utilizada pelo IFS. Protocolos como SNMP, Syslog e APIs documentadas serão aceitos de forma complementar para monitoramento e auditoria, não substituindo a necessidade de gerenciamento centralizado nativo da solução. (dispositivo incluso em 29/05/2026)
- c) Permitir configuração por interface gráfica (GUI) e linha de comando (CLI), com documentação técnica detalhada e em português;
- d) Ser entregues com firmware atualizado e com garantia de acesso a futuras atualizações durante o período de garantia contratual;
- e) Ser acompanhados de documentação técnica completa, incluindo manuais de instalação, operação, manutenção e arquitetura lógica da solução;
- f) Permitir implementação modular e escalável, com suporte a empilhamento lógico ou físico, conforme aplicável ao modelo de referência;
- g) Ser instalados conforme projeto de rede previamente definido pela área de TIC do IFS, respeitando os padrões de cabeamento estruturado e de distribuição elétrica dos ambientes;
- h) Ser compatíveis com os requisitos de segurança da informação definidos neste Termo de Referência, incluindo autenticação segura, controle de acesso e registro de eventos;

- i) Ser entregues com suporte técnico para implementação, incluindo orientação remota ou presencial, conforme necessidade da contratante.

Requisitos de Implantação

4.10. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir, garantindo a entrada em operação da solução em ambiente de produção, conforme planejamento da área de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal de Sergipe (IFS):

4.10.1. A implantação deverá contemplar:

- a) Entrega física dos switches nos locais definidos pela Contratante, conforme especificado na seção de Requisitos Temporais;
- b) Instalação física dos equipamentos em racks padrão 19 polegadas, com organização adequada dos cabos e identificação dos pontos de rede;
- c) Configuração inicial dos switches, incluindo definição de VLANs, endereçamento IP, autenticação de acesso, e integração com o sistema de gerenciamento de rede do IFS;
- d) Testes de conectividade e desempenho, com emissão de relatório técnico de validação funcional da solução implantada;
- e) Disponibilização de documentação técnica da implantação, contendo topologia de rede, configurações aplicadas, e orientações para operação e manutenção;
- f) Treinamento básico para a equipe técnica local, quando solicitado, sobre os procedimentos de operação, monitoramento e atualização dos equipamentos;
- g) Garantia de que a implantação não causará interrupções nos serviços de rede existentes, devendo ser realizada em horários previamente acordados com a área de TIC do IFS;
- h) Registro de todas as etapas da implantação, com acompanhamento da fiscalização contratual e emissão de termo de aceite provisório após conclusão.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.11. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.12. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.13. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.14. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.15. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

~~4.16. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento. (Suprimido em 29/05/2026)~~

4.16 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores

aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento, desde que mantida a plena compatibilidade com a solução tecnológica baseada em Fortinet adotada pela Administração.(Dispositivo incluso em 29/05/2026)

4.17. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.18. O prazo indicado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

~~4.19. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.(Suprimido em 29/05/2026)~~

4.19. Na hipótese de indisponibilidade temporária do equipamento, o Contratado deverá disponibilizar equipamento do fabricante Fortinet, de especificação igual ou superior, plenamente aderente à arquitetura, aos mecanismos de gerenciamento centralizado e ao ecossistema tecnológico adotado pelo IFS, de modo a garantir a continuidade dos serviços sem prejuízo à padronização e à segurança da rede. (Dispositivo incluso em 29/05/2026)

4.20. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.21. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.22. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Requisitos de Experiência Profissional

4.23. A Contratada deverá apresentar comprovação de que os técnicos responsáveis pela instalação dos hardwares e /ou softwares essenciais para a prestação do serviço estão devidamente habilitados tecnicamente para prover o serviço.

4.24. Supressão

Requisitos de Formação da Equipe

4.25. Supressão

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.26. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento, pelo Contratado, da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante.

4.27. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues, conforme planejamento da área de TIC do Instituto Federal de Sergipe.

4.28. O Contratado deverá disponibilizar canais de comunicação para contato e registro de ocorrências, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana;

4.29. O andamento do fornecimento dos equipamentos deverá ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência à Contratante de quaisquer eventos que possam impactar o cronograma de entrega, instalação ou funcionamento dos equipamentos.

4.30. A comunicação entre as partes deverá ser formalizada por meio de registros eletrônicos, com histórico acessível à fiscalização contratual, garantindo transparência e rastreabilidade das ações.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.31. A Contratada deve se comprometer com a guarda do sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

4.32. Os switches fornecidos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- a) Implementação de controles criptográficos para proteção do tráfego de dados e das informações de gerenciamento, incluindo suporte a protocolos como SSH, HTTPS, SNMPv3 e outros equivalentes;
- b) Implementação de controles de acesso com autenticação segura, incluindo suporte a RADIUS, TACACS+ e autenticação baseada em certificados digitais;
- c) Registro e preservação de logs de eventos e incidentes de segurança, com capacidade de exportação para sistemas de auditoria e análise (SIEM), garantindo rastreabilidade e trilha de auditoria;
- d) Mecanismos de proteção contra ataques de negação de serviço (DoS), spoofing, e outras ameaças comuns em ambientes de rede;
- e) Salvaguardas para os registros de log, incluindo controle de integridade e proteção contra alterações não autorizadas;
- f) Procedimentos adequados para compartilhamento, uso e proteção das informações, inclusive nos casos de integração com sistemas de terceiros;
- g) Execução periódica de análise de vulnerabilidades e aplicação de atualizações de segurança recomendadas pelo fabricante;
- h) Compatibilidade com diretrizes de segurança da informação e privacidade aplicáveis à Internet das Coisas (IoT), quando pertinente;
- i) Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), especialmente no que se refere ao tratamento de dados pessoais eventualmente trafegados ou armazenados nos equipamentos;
- j) Observância ao “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade”, disponível em: gov.br/governodigital.

Outros Requisitos Aplicáveis

4.33. A contratada deverá observar, além dos requisitos técnicos e operacionais já descritos neste Termo de Referência, os seguintes aspectos complementares:

- a) Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, e estar em linha de produção pelo fabricante, não sendo aceitos produtos descontinuados ou recondicionados;
- b) Os switches deverão possuir número de série individual e único, que permita sua rastreabilidade e controle patrimonial pela Contratante;
- c) Os equipamentos deverão ser compatíveis com as normas técnicas brasileiras aplicáveis, incluindo homologações da ANATEL, quando exigidas;
- d) A contratada deverá garantir que os bens fornecidos não estejam sujeitos a restrições legais, comerciais ou de exportação que impeçam sua utilização plena pela Administração Pública;

- e) A contratada deverá manter sigilo sobre todas as informações técnicas, operacionais e administrativas obtidas em razão da execução contratual, em conformidade com a legislação vigente e com a Política de Segurança da Informação do Instituto Federal de Sergipe;
- f) A contratada deverá cooperar com auditorias e fiscalizações realizadas pela Contratante ou por órgãos de controle, fornecendo prontamente as informações e documentos solicitados;
- g) Quaisquer alterações nos modelos de referência ou nas especificações técnicas deverão ser previamente aprovadas pela área de TIC do IFS e pela equipe de planejamento da contratação.

Sustentabilidade

4.34. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e nos instrumentos de planejamento da Administração Pública:

4.34.1. Os equipamentos de tecnologia de informação e comunicação, bem como os seus periféricos e acessórios não contenham substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil olibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Europeia Restriction of Certain Hazardous Substances – RoHS17;

Indicação de marcas ou modelos:

4.35. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.35.1 Fabricante Fortinet

~~4.36. Tal exigência está de acordo com o art. 41, inciso I, alíneas a e b da Lei 14.133/21, visto que trata-se de solução com itens interrelacionados, que visam centralizar a administração de rede do IFS, reduzindo o esforço operacional, aumentando a eficiência dos controles, bem como é necessária a manutenção da compatibilidade entre os itens adquiridos e as plataformas e padrões já adotados pela Administração. (Suprimido em 29/05/2026)~~

4.36. Tal exigência está em conformidade com o art. 41, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de solução composta por itens interrelacionados, cuja finalidade é centralizar a administração da rede do Instituto Federal de Sergipe (IFS), reduzir o esforço operacional e aumentar a eficiência dos controles de segurança e gerenciamento. Ademais, a indicação do fabricante Fortinet decorre da necessidade de manutenção da compatibilidade plena entre os equipamentos a serem adquiridos e a infraestrutura tecnológica já implantada, baseada nesse ecossistema, garantindo interoperabilidade nativa, gerenciamento centralizado e uniformidade das políticas de segurança da informação. Nesse contexto, não serão admitidas soluções de outros fabricantes, ainda que apresentem características técnicas similares ou desempenho equivalente, tendo em vista que tais alternativas podem comprometer a integração da solução, elevar a complexidade operacional e representar riscos à continuidade, à segurança e à governança da infraestrutura de TIC do IFS. (Dispositivo incluso em 29/05/2026)

4.37. Supressão

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.38. (SUPRESSÃO)

Da exigência de carta de solidariedade

4.39. (SUPRESSÃO)

Subcontratação

4.40. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

Da exigência de amostra

4.41. (SUPRESSÃO)

Garantia da contratação

4.42. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta

4.43. Substituição de switches sem garantia de fabricante e sem atualizações de firmware, que comprometem a segurança e a estabilidade da infraestrutura de rede dos campi e da Reitoria do IFS;

4.44. Ausência de aquisições de equipamentos de rede nos últimos cinco anos, o que gerou defasagem tecnológica e limitações na expansão e modernização dos serviços de TIC;

4.45. Necessidade de compatibilidade da infraestrutura de rede, com equipamentos gerenciáveis, compatíveis com o ambiente Fortinet já existente, que permitam integração, controle centralizado, segurança da informação e escalabilidade.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.46. Na presente licitação, **não** será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, pelo fato da utilização do benefício tipo III não estar disponível no Compras.gov para pregões com registro de preços.

Margem de Preferência

4.47. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal e adicional de 10%, prevista no Decreto n.º nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, conforme disposto na Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e

5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4 definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e

5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

6.4. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do(a) confirmação de recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens - OFB, por e-mail, emitida pelo Gestor do Contrato ou da Área Requisitante.

6.5. (SUPRESSÃO)

6.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.7. Os bens deverão ser entregues no endereço que consta no item 4.5.1 deste Termo de Referência.

6.8. (SUPRESSÃO)

Formas de transferência de conhecimento

6.9. (SUPRESSÃO)

6.10. (SUPRESSÃO)

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.11. (SUPRESSÃO)

6.12. (SUPRESSÃO)

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.13. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

6.14. (SUPRESSÃO)

Mecanismos formais de comunicação

6.15. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Fornecimento de Bens;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails.

Formas de Pagamento

6.16. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.17. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.18. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS III e IV.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 48 horas após início da vigência do contrato administrativo.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.17. (SUPRESSÃO)

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.19. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.19.1. . coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.20. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Critérios de Aceitação

7.21. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.22. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

~~7.23. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis. (Suprimido em 29/05/2026)~~

7.23. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, bem como com a infraestrutura de rede, segurança e gerenciamento baseada em tecnologia Fortinet adotada pela Administração, vedada a utilização de adaptações que comprometam a interoperabilidade, a padronização, a estabilidade ou a segurança da solução. (Dispositivo incluso em 29/05/2026)

7.24. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.25. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.26. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.27. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.28. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.29. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.30. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.32. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

- 7.32.1. A inspeção nos equipamentos fornecidos será realizada por meio de comparação das especificações constantes dos prospectos do fabricante do equipamento.
- 7.32.2. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do bem ou à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.33. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO	
Tópico	Descrição

Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAE < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
Forma de acompanhamento	<p>A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB.</p> <p>Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.</p>	
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p><u>IAE = TEX – TEST</u></p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>	
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB.	
	Para valores do indicador IAE :	

Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB;
	De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.
	Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais. (Art. 156 Parágrafo 4º da Lei 14.133 /2021)
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração
4	Ter praticado atos ilícitos para contratar com a Administração.	Será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar os serviços previstos no objeto da contratação.	Multa de até 1% sobre o valor total do Contrato.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Multa de até 1% sobre o valor total do Contrato.
7	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
		A Contratada será declarada inidônea

8	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato.
9	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega da OFB)	Aplicar-se-á glosa de 0,33% por dia de atraso sobre o valor da OFB, nos casos do valor de IAE entre 0,1 e 1,50. Aplicar-se-á glosa de 2% sobre o valor da Ordem de Fornecimento de Bem - OFB, nos casos do valor de IAE acima de 1,5.
10	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 0,5% do valor total do Contrato.
11	Preposto, se houver, não agir em resposta às solicitações da Contratante no prazo estabelecido neste Termo de Referência	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 0,5% do valor total do Contrato.

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.4.4. Multa:

8.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5%** (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

8.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10,1% (dez vírgula um por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15,1% (quinze vírgula um por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **20,1% (vinte vírgula um por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **20,1% (vinte vírgula um por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 07(sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.12.1. o prazo de validade;

9.12.2. a data da emissão;

9.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.12.5. o valor a pagar; e

9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI de correção monetária.

9.21.1. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

9.21.2. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

Forma de pagamento

9.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

9.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento (parcial/total).

Cessão de Crédito

9.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

9.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/04/2026.

9.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

10.3. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme necessidade do IFS.

Critérios de aceitabilidade de preços

10.4. (SUPRESSÃO)

Exigências de habilitação

10.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.14. (SUPRESSÃO)

10.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 10.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 10.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 10.28. (SUPRESSÃO)
- 10.29. (SUPRESSÃO)

10.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.33. (SUPRESSÃO)

~~10.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.(Suprimido em 29/05/2026)~~

10.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de equipamentos de rede do fabricante Fortinet, ou compatíveis com sua linha de soluções integradas, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem experiência prévia em ambientes que utilizem exclusivamente soluções Fortinet, garantindo a capacidade técnica para atendimento aos requisitos de integração, gerenciamento centralizado e segurança exigidos nesta contratação.(Dispositivo incluso em 29/05/2026)

10.34.1 (SUPRESSÃO)

10.34.2 (SUPRESSÃO)

~~10.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.(Suprimido em 29/05/2026)~~

~~10.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.(Suprimido em 29/05/2026)~~

10.35. (SUPRESSÃO)

Disposições gerais sobre habilitação

10.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 7.628.029,10 (sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil, vinte e nove reais e dez centavos), conforme custos unitários apostos na tabela 1.1 deste Termo de Referência.

11.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13.2 Eventuais divergências entre as disposições deste Termo de Referência serão dirimidas de comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, desde que não resulte em qualquer prejuízo ao Instituto Federal de Sergipe – IFS.

13.3 A equipe de fiscalização, com orientação e apoio a área de contratos, será responsável pela condução e mediação de eventuais conflitos decorrentes da execução contratual.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CRISTIANO ESTEVAN VASCONCELOS

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 31/05/2026 às 17:25:01.

EDERLAN FERREIRA SANTOS

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 09:38:31.

LORENA DE SOUZA SILVA MEDEIROS

Integrante Administrativa



Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 08:55:30.

MARCOS PEREIRA DOS SANTOS

Gestor de TI do IFS



Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 16:26:25.

RUTH SALES GAMA DE ANDRADE

Reitora



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 09:31:40.